

Prefácio

Talvez, uma das questões mais difíceis de serem equacionadas, tanto em termos teóricos quanto práticos, seja esta: que tempo é este no qual vivemos? Nós contemporâneos, certamente, não fomos os primeiros a levantar tal questão, mas o momento coloca-nos algumas dificuldades adicionais ao problema, tendo em vista a complexidade do mundo atual e dos nossos modos de vida. Deve-se levar em conta, também, o fato de sermos sujeitos datados, imersos em nosso tempo histórico, o que torna ainda mais difícil lançarmos um olhar crítico sobre este singular momento.

A esta pergunta uma certa tradição filosófica que se inicia com Kant há pouco mais de dois séculos tentou responder: este tempo é a Modernidade, a era do “triumfo da razão” - e esta afirmativa tem efeitos históricos e culturais muito mais extensos do que aqueles que podemos constatar no campo da filosofia. Diz respeito, inicialmente, a uma ruptura com a tradição, a um período de maturidade da espécie humana, que expressa a supremacia de um pensamento colocado em bases racionais, sobre o pensamento dogmático cristão que dominou o panorama cultural no Ocidente ao longo do período medieval.

O cógito cartesiano já havia anunciado esta passagem nos modos de pensar, de um campo transcendental para o universo humano, mas foi Kant o primeiro a se perguntar sobre as condições de possibilidade para a produção de verdades legítimas e universalmente válidas. Esta preocupação, de caráter centralmente epistemológico, aponta para a necessidade de um tipo de conhecimento isento de influências do poder e da contaminação da subjetividade do sujeito que conhece, enunciando a ciência, como este tipo de saber confiável e válido, porque estabelece compromissos racionais com um modo de produção de verdades colocado em bases objetivas.

Este “triunfo da razão” é celebrado em vários campos da vida moderna. Na política, remete ao nascimento dos Estados, à emergência dos grandes códigos legais, que não mais expressam a vontade de um deus onipotente ou de um rei, senhor absoluto, mas atendem a uma certa racionalidade social. O exercício do poder passa, a partir de então, a ser socialmente limitado e delimitado, organizando-se e legitimando-se segundo critérios burocráticos. Surge o “Leviathan” – este deus terreno – como grande máquina que agencia e concentra formas de poder, gerenciando a sociedade e a produção, administrando a segurança e a justiça, regulando as relações de propriedade e as relações entre os sujeitos. Surge, ao mesmo tempo, a sociedade civil, resultado de um amplo contrato, fundada em ideais de liberdade, igualdade e justiça, do direito de propriedade e da prática da democracia representativa. Nasce, nesta mesma época, o sujeito de Direito; a figura do cidadão e o indivíduo do liberalismo, expressões desta racionalidade que rege as modernas relações sociais, políticas e econômicas.

No final do século passado, NIETZSCHE, inaugurando uma tradição filosófica crítica, colocou em questão este suposto “triunfo da razão” sob a modernidade. No campo do conhecimento ele irá criticar os privilégios políticos concedidos à ciência, como detentora do monopólio da produção de verdades, apontando para os aspectos históricos, políticos e subjetivos envolvendo os variados regimes de construção de enunciados verdadeiros numa mesma cultura, ou em culturas diversas. Ele fez uma leitura do cógito cartesiano de um outro ponto de vista: como anúncio da “morte de Deus” – o fim do predomínio do pensamento dogmático e o nascimento de uma filosofia humana, “demasiado humana” – e até por isto mesmo, falível, perspectiva, sujeita, portanto, aos limites e a finitude do homem que a constrói. Ele entende, por isto, que a “morte de Deus” é sinal do surgimento do homem nos domínios do conhecimento, ao mesmo tempo como objeto a ser conhecido e sujeito que conhece. Recentemente, Michel Foucault, herdeiro desta tradição crítica, virá a anunciar a “morte do homem” como acontecimento ao nível do saber, desmontando os privilégios concedidos pela filosofia moderna à figura do sujeito cognoscente, ligando este acontecimento a uma possível transposição histórica.

NIETZSCHE e FOUCAULT devem ser lidos como críticos da modernidade: dos valores, dos modos de pensar, das práticas e dos modos de vida modernos. Neste sentido, eles desfazem algumas ilusões deste tempo: a questão da universalidade da verdade e do sujeito que

supostamente produz conhecimento; as ilusões de liberdade e autonomia do homem moderno; o mito da neutralidade científica; bem como, a própria idéia de racionalidade. Para eles os saberes são sempre perspectivos e sujeitos a regimes políticos que regulam a produção das “verdades”, portanto, indisfarçavelmente ligados a formas históricas de poder, de subjetividade e de subjetivação – não há como “descontaminar” o conhecimento destes elementos que lhe são constitutivos.

Sua crítica estende-se, ainda, a campos sociais e políticos. Eles questionam, assim, o primado do Estado nos domínios da análise política, considerando que o Estado nada mais é que uma montagem: o efeito final do agenciamento de múltiplas formas ascendentes de poder que são capturadas, manipuladas e conduzidas por aqueles que supostamente “detêm o poder” – eles questionam, em última instância, a idéia de que o poder é uma propriedade, evidenciando seus aspectos relacionais. As noções de contrato e consenso social são colocadas em questão: para eles sociedade é luta e afrontamento, não havendo distância significativa entre guerra e política, além das diferenças de linguagem e de aplicação da força. Os grandes ideais sociais modernos são, também, desmontados: a justiça, a igualdade, a liberdade, a democracia, bem como, os próprios direitos humanos, não passam de idéias reguladoras, manipuladas com finalidades de manutenção de uma certa economia de poder.

Considerando sua crítica a aspectos de natureza moral e ética, pode-se notar, segundo eles, que o mundo moderno encontra-se, de forma descontínua, ligado a valores, crenças e práticas cristãs. Particularmente em seu trabalho “A genealogia da moral”, NIETZSCHE denuncia a “tresvaloração dos valores” operada pelo cristianismo em sua “revolta escrava” no campo da moral, colocando em jogo uma moral de compaixão, centrada em valores de fraternidade que serão posteriormente incorporados aos ideais modernos de igualdade social e política. Por outro lado, FOUCAULT, em seus estudos relativos à genealogia das relações éticas no Ocidente observa as várias experiências éticas em nossa cultura, apontando para a formação histórica de um tipo de relação consigo mesma reativa, interiorizada, apoiada em valores ascéticos cristãos, de renúncia ao corpo e aos prazeres, modernamente traduzida numa “hermenêutica do desejo”. É quase desnecessário dizer, que tal tipo de relação, consigo mesmo - que remete a um modo de subjetivação onde o próprio indivíduo se reconhece como sujeito moral - encontra-se no centro da manutenção da ordem em nossas sociedades.

Mas, é no campo econômico que gostaríamos de aprofundar esta reflexão, dialogando com a crítica marxista ao modo de produção capitalista, para buscar compreender as transformações produtivas que atravessamos contemporaneamente, que são objeto desta publicação.

MARX – filósofo, sociólogo e economista – apoiado em um método histórico, curiosamente, jamais irá referir-se à modernidade como categoria, empregando o termo em raras oportunidades. É que, para ele – materialista – o capitalismo, mais que um conjunto de relações econômicas, é o modo de vida característico da modernidade; e o modo de produção capitalista é exatamente aquilo que marca este tempo histórico. A história, a economia e a sociedade são instâncias correlatas na crítica marxista, lembrando que o materialismo histórico reconhece uma certa prevalência do econômico sobre o social, ou, das relações de produção sobre as relações sociais e políticas, modos de vida, e também, sobre formas mais abstratas, como representações, ideologias, o conhecimento e a própria consciência dos sujeitos.

Faz-se necessário, no entanto, “afinar” um pouco mais nossa perspectiva histórica: a quem modernidade e à qual capitalismo estamos nos referindo? À modernidade do tempo de Kant? Ao capitalismo do tempo de Marx? À modernidade e ao capitalismo do início do século XX? Ou à modernidade e ao capitalismo desta virada de século? Olhando retrospectivamente percebe-se que se trata, em verdade, de tempos e experiências bastante diferentes. Não queremos evocar a polêmica relativa à “natureza” destas diferenças, ou, das transformações ocorridas no capitalismo e nas relações de produção ao longo deste tempo – se são radicais, substantivas, ou apenas maquiagem: sutilezas e artimanhas do capital. Mais que as continuidades que se possa construir para explicar, descrever e mesmo, criticar um certo “desenvolvimento” do capital, queremos notar as rupturas ocorridas no tecido do capitalismo para compreender nosso tempo presente.

O capitalismo europeu à época de MARX estava passando de uma fase familiar a uma etapa industrial, colocando em questão – evidenciando – todos aqueles aspectos à que se refere a crítica marxiana: as contradições inerentes às relações de produção; a extorsão da mais-valia; a divisão do trabalho; a estereotipia do gesto e do corpo do trabalhador; a fragmentação e alienação da consciência. Poderíamos dizer que os problemas do capitalismo ao tempo de Marx concentram-se em termos da produção, em várias perspectivas: tecnologia, administração, organização da atividade e do trabalho; da construção do corpo operário, do aprimoramento do ritmo.

Sobre o capitalismo industrial do século XIX edifica-se o capital monopolista na virada para o século XX, mas não sem rupturas. Mesmo que já estivesse contido em germe na sua forma antecedente, o capitalismo monopolista e financeiro emergente no início do nosso século apresenta diferenças significativas em relação ao capitalismo do século passado, que irão se aprofundar no decorrer de todo o século XX. Primeiro, quanto a aspectos de concentração: a formação de grandes conglomerados industriais e financeiros desconhecidos no século XIX, acontecimento correlato da melhoria das práticas e dos avanços da nascente ciência da administração. Depois, quanto à internacionalização: mesmo que o capital já tenha nascido com vocação para transpor fronteiras, a expansão global do capital ao longo do nosso século alcançou dimensões jamais imaginadas, apoiando-se na formação de uma sólida e articulada rede de organizações – acontecimento produtivo e social característico do século XX. Ainda, – e de forma bastante acentuada – em termos tecnológicos: dos rudimentares processos e equipamentos produtivos do final do século passado e mesmo, do estrito taylorismo ou da linha de produção de Henry Ford no início do século, para os níveis de mecanização da produção e de sofisticação dos equipamentos possibilitados pelo desenvolvimento de toda uma tecnologia eletrônica e informática ao longo deste século, existe um abismo inimaginável ao tempo de MARX. Toda esta parafernália tecnológica construída no pós-guerra, característica deste final de século, constitui uma ferramenta inestimável ao capital, coroando o seu processo de internacionalização com uma perspectiva de globalização.

O trabalho está, neste século, mais organizado sob várias perspectivas: da racionalização, da melhoria dos tempos e movimentos, do aumento da produtividade e eficiência – herança taylorista ao capital; outra herança taylorista – melhorias na tecnologia de construção do corpo operário, a precisão do gesto, o aprimoramento do ritmo, o aumento da resistência física; também, de uma perspectiva ergonômica, da busca de uma relação ótima entre homem, máquinas e sistemas. Implica, por outro lado, que ele está mais protegido: em termos de segurança, em termos de legislação e regulamentação, em termos políticos, considerando o crescimento do sindicalismo e das suas organizações no transcorrer do século XX.

Se à época de Marx a forma predominante de acumulação de capital era a extração da mais-valia do trabalho, o capitalismo monopolista deste século exerce sua vocação financeira de reproduzir capital a partir do próprio capital, acontecimento possível devido à concentração de gran-

des volumes de capital, viabilizada justamente pelas emergentes práticas monopolistas. As instituições financeiras – grandes organizações bancárias e bolsas de valores milionárias – são dispositivos econômicos típicos do século XX, responsáveis pela movimentação de enormes volumes de capital que, contemporaneamente, com a ajuda das tecnologias eletrônicas e informáticas, tornam-se capazes de falir economias de países inteiros.

Poderíamos afirmar que, enquanto os problemas do capitalismo industrial do século passado encontram-se no nível da produção, os do capitalismo da primeira metade deste século concentram-se em torno da questão da circulação – e isto implica uma ruptura histórica bastante significativa nos movimentos do capital. Exacerba-se a forma mercadoriana e as atenções voltam-se para os mercados: para a formulação de estratégias neocolonialistas quanto à sua ocupação e universalização. No entanto, ainda atentos às rupturas, devemos observar, também, que o capitalismo atual, da virada do século XXI, não é o mesmo da primeira metade do século, e é justamente a aceleração no ritmo tecnológico no pós-guerra que marca esta diferença. Existem rupturas bastante visíveis ao nível econômico das relações de produção: a mecanização produtiva, ao suprimir postos de trabalho, vem, progressivamente, extinguindo a relação de emprego característica do modo de produção capitalista. Vemos emergir um tipo de relação de produção não mais fundada na separação e nas contradições capital x trabalho, mas regulada por leis de mercado, onde predominam as terceirizações, as parcerias e a prestação de serviços, como um tipo de relação que se estabelece entre dois agentes produtivos/capitalistas. Equivale dizer que a mercadoria-serviço prevalece sobre a mercadoria-objeto, provocando grandes alterações nos universos da produção e do trabalho. Por outro lado, o capitalismo tecnológico contemporâneo potencializa a extração de mais-valia das relações de emprego que ainda se sustentam, uma vez que exacerba o volume de acumulação obtido de contingentes cada vez menores de mão-de-obra.

Estas rupturas observáveis nos universos da produção e do trabalho transbordam o campo estritamente econômico, repercutindo, imediatamente, em termos sociais. A mecanização obtida a partir da aplicação massiva de tecnologias eletrônicas e informacionais nos processos produtivos, a desmontagem da relação de emprego, a utilização de sofisticados modelos administrativos e organizacionais explodem o universo tradicional do trabalho, gerando um perigoso produto social: o desemprego, que não é mais privilégio dos grandes contingentes de mão-de-obra não-

qualificada, uma vez que o exército reserva de mão-de-obra contemporâneo atinge segmentos qualificados, especializados e bem formados, inclusive. Parece que o capitalismo tecnológico começa a engendrar um outro tipo de contradição em suas relações mais fundamental – tão perigoso quanto aquele proveniente da separação capital x trabalho, visto que está ligado às leis de mercado – com efeitos igualmente autodestrutivos. Este capitalismo, ao suprimir postos de trabalho e gerar desemprego como sub-produto, esquece-se que o consumidor é o trabalhador e que os volumes de produção e consumo estão imediatamente ligados ao volume de empregos. O capital tecnológico contemporâneo encontra-se, portanto, diante de um perigoso impasse: ao mesmo que mecaniza a produção e atinge altos níveis de produtividade, extingue o potencial consumidor do produto e, nós sabemos muito bem, que a lei de oferta e procura é inexorável ao afirmar que mercadoria em excesso no mercado desvaloriza-se, o que pode envolver a economia capitalista global, superprodutiva, num autofágico espiral recessivo.

Há rupturas bem marcadas, também, no campo político, porque um capitalismo ágil exige um Estado igualmente rápido, leve, regido por uma burocracia flexível. O neo-liberalismo – filosofia econômica solidária das práticas de globalização do capital – prega um aprofundamento do “Estado mínimo”, que implica a sua retirada não apenas da cena produtiva e econômica, mas também, de domínios sociais tradicionalmente ocupados por sua máquina política. Os programas de privatização tão em moda nas duas últimas décadas, a desmontagem de serviços habitualmente oferecidos pelo Estado, como previdência e saúde pública, o descomprometimento com o financiamento e a formulação de políticas educacionais, submetendo tais atividades de interesse coletivo a uma lógica de mercado, são visualizações das transformações políticas deste nosso tempo. Cada vez mais, nas sociedades capitalistas contemporâneas, organizações privadas, regidas por uma lógica de mercado, estão assumindo responsabilidade sociais pela prestação de serviços públicos que o Estado deixou de suprir às populações. Não apenas por isto, mas também em função de flutuações de ordem social, econômica e de mercado, novas e mais sofisticadas exigências colocam-se para as organizações: elas devem ser sempre mais “achatadas”, escapar aos desenhos burocráticos rígidos, funcionar de modo mais descentralizado, menos formalista, buscando aplicar formas mais estratégicas, flexíveis e criativas de gestão em vários domínios - pelo menos, este é o debate atual no campo da teoria das organizações.

Existem, ainda, rupturas notáveis em termos institucionais, legais. É visível toda uma incitação de discursos e práticas visando promover uma desregulamentação generalizada em vários campos: da legislação tributária, particularmente da legislação alfandegária; das relações internacionais; das profissões e do trabalho, da formação profissional. Nada mais detestável e obsoleto nos dias atuais que o clássico modelo weberiano de burocracia, cristalizado e rançoso, correlato deste modo de dominação racional, legalista e impessoal, administrado pelos Estados modernos. Parece que, à medida que a máquina política centralizadora estatal retira-se da cena social, intensifica-se a circulação de toda uma multiplicidade de práticas de poder na periferia da rede, ao nível da sua capilaridade. Entendendo a figura da cidadania como forma institucional de relação entre o cidadão e o Estado, que implica decorrências em termos práticos para o cotidiano dos indivíduos deve-se assinalar que, cada vez mais, em nossas sociedades contemporâneas, o acesso a uma cidadania plena encontra-se vinculado a condicionantes de ordem econômica, tecnológica e informacional.

Enquanto no capital monopolista a forma mercadoria está exacerbada, no capitalismo tecnológico deste final de século encontra-se exacerbada a fetichização das mercadorias. Note-se o volume dos investimentos financeiros e de ordem técnica, estética e de conhecimento, movimentando neste século toda a indústria da publicidade, especializada em fetichizar mercadorias, bastante tecnológica por um lado, muito psicologizada, por outro. Existe muito investimento de capital num certo saber prático, relativo à psicologia do consumo, bem como, na produção, mesmo dos desejos do consumidor – o capitalismo atual tem a incrível capacidade de produzir e colocar no mercado, sempre mais uma quinilharia sedutora, capaz de manter o consumidor atado à cadeia de produção-consumo. O capitalismo deste final de século é, ainda, muito fetichizado, à medida que sutaliza suas práticas, encobrendo melhor suas relações, produz sofisticados discursos e instrumentos ideológicos, psicologiza o consumo, tornando sempre mais difícil resistir à tão elaborada tecnologia de sedução.

Não se deve esquecer que todos estes acontecimentos – a concentração produtiva e de capital, a aceleração tecnológica, a exacerbção da fetichização – se desenrolam em palcos, que são as cidades – o universo urbano – a questão urbana, que não está sendo problematizada nesta reflexão, mas que é pano de fundo, uma vez que o capitalismo é, ao mesmo

tempo, sempre mais internacional e sempre mais urbano, no sentido que o modo de vida industrial é correlativo do modo de vida urbano: faz nascer cidades onde elas não existem, além de deslocar grandes contingentes populacionais do campo para as cidades. Na formação e crescimento desordenado das grandes cidades dos capitalismo periféricos sabemos que a concentração urbana rima com favelização, aumento de violência e degradação da vida em vários sentidos: de segurança, de qualidade, em termos ecológicos, sanitários, do trânsito, do transporte urbano.

Retornando, agora, à nossa questão inicial – que tempo é este que vivemos? – caberia perguntar, então: isto é ainda modernidade? Que capitalismo é este? Muito se tem discutido, não apenas em meios acadêmicos, a passagem da modernidade à pós-modernidade, ou, a passagem da sociedade industrial à sociedade de informação, evidenciando tentativas de traçar uma lógica – de periodização – que afirma, nas transições, um fluxo de continuidade histórica: nada mais lógico que a modernidade ser sucedida pela pós-modernidade, ou que, no ritmo que caminhamos, uma sociedade de informação venha a suceder nossa sociedade industrial. No entanto, não é este o foco desta reflexão: segmentar os períodos e fases de uma linearidade. Também não se trata, aqui, de constatar que o capitalismo triunfou e que, portanto, dissolveu ou superou suas contradições, nem de afirmar que o socialismo e a práxis marxista estão mortos. Mas, a partir das rupturas observáveis nas relações produtivas, sociais, políticas, culturais e nos modos de subjetivação busca-se compreender um pouco melhor este tempo histórico no qual vivemos, particularmente quanto aos aspectos envolvendo a profunda e fundamental re-estruturação produtiva que estamos atravessando nesta passagem ao século XXI.

Esta publicação vem se inserir neste campo de preocupações ao mesmo tempo teóricas e práticas, tão centrais aos nossos tempos. São analisados aqui, de várias perspectivas teórico-epistemológicas, múltiplos aspectos das atuais transformações econômicas, sociais e políticas, bem como, os impactos destes fluxos em termos de subjetividade.

De perspectivas bastantes diversas, Francisco Fialho e Gustavo Fialho por um lado, e Suzana Tolfo, por outro, tratam da questão organizacional contemporânea – a complexidade, as instabilidades, a mecanização, o universo do trabalho, os aspectos de subjetividade.

De uma perspectiva crítica à tradição da psicologia das organizações, Andréa Zanella e Sílvia da Ros contrapõem, à visão predominante nas práticas de “Desenvolvimento de Recursos Humanos”, uma abor-

dagem dos processos de socialização, de apropriação do conhecimentos e de formação em serviço, referenciada no materialismo histórico.

Na busca de evidências empíricas quanto à emergência de novas formas organizacionais não-burocráticas, Eloise Dellagnelo e Clóvis Machado da Silva, descrevem os resultados de uma pesquisa realizada em periódicos nacionais e estrangeiros das áreas de administração e organizações, no período compreendido entre 1995 e 1998.

Considerando os impactos do atual quadro de instabilidades e mudanças ambientais sobre a cultura das organizações, Narbal Silva apresenta pesquisa realizada em uma empresa da Grande Florianópolis (SC), do ramo hoteleiro, estudando a percepção de gerentes quanto aos pressupostos culturais vigentes na mesma.

Em estudo realizado no Banco do Brasil, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos analisa as relações entre os padrões de comprometimento dos funcionários, tendo em conta a recente implantação de programa de mudança por parte da organização, envolvendo a introdução de novas tecnologias e novos modelos de gestão.

Combinando a Análise Ergonômica do Trabalho e a Arquitetura Cognitiva de Richard, Roberto Moraes Cruz e Fábio de Paula Corrêa propõem um modelo para avaliação de carga cognitiva de trabalhadores de um "Call Center", obtido a partir de estudo realizado numa empresa catarinense que vem passando por um processo de re-estruturação tecnológica e gerencial.

Tomando a aposentadoria como momento de transição na carreira profissional, José Carlos Zanelli relata no seu trabalho, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, ao longo de sete anos coordenando o Programa de Preparação de Aposentadoria da organização, analisando os pressupostos norteadores desta intervenção.

Kleber Prado Filho¹

Membro da Comissão de Editores Especialmente Convidados

¹ Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da UFSC. Psicólogo pela PUC/MG; Mestre em Administração pela UFSC, Doutor em Sociologia pela USP.